

6

Educação doméstica: a constatação de uma prática e a sua significação em Oitocentos

O século XIX caracteriza-se, no Brasil, com relação à educação, como o momento histórico em que se firma, pelas necessidades impostas ao sistema de vida constituído na época, a educação doméstica e, particularmente, os seus agentes: os mestres das Casas que se ocupavam da prática de educar, no espaço doméstico, meninas e meninos das camadas abastadas da sociedade.

No entanto, da mesma forma, como esse século é palco da ampliação sem precedentes da prática de educação doméstica, também ela vai fragilizando-se diante das pressões do Estado e cedendo lugar à escola formal, que surge tanto como transformação do sistema vigente, como negação do espaço doméstico da educação.

Nessa disputa entre os dois governos da Casa e do Estado, que simboliza a própria disputa entre os dois sistemas: a Casa e a escola, vence, progressivamente, aquele que imbuído da chancela do Estado apresenta-se como o “novo”, a vanguarda e o mais adequado aos novos tempos, mas que, como tal, sendo desconhecido e diferente das práticas tradicionais, vai amedrontar e gerar desconfianças.

Quando o sistema escolar estatal ganha credibilidade e quando a interferência do Estado se afirma na educação, entra em decadência a educação doméstica que, questionada e exposta em suas dificuldades e estruturas, chega até aos nossos dias com inúmeras lacunas em seus registros e destituída da real importância que teve no Brasil de Oitocentos.

As condições sociais, psicológicas, econômicas e culturais, que envolveram a educação doméstica e seus agentes estão, como não poderia ser diferente, impregnadas das circunstâncias de uma época e de uma sociedade que, lentamente, deixava os últimos costumes herdados do período colonial para ingressar no estatuto da modernidade, instaurado, definitivamente, com a emergência do capitalismo no final do século XIX.

Como qualquer instituição, a educação doméstica enfrentou desafios de estabelecimento de um estatuto próprio, condições uniformes, *status* de seus agentes, lugar de sua colocação na representação do emprego e do trabalho.

Some-se a isso ser uma instituição marcadamente feminina, ou, mais precisamente, concebida como apropriada à mulher, num tempo em que esta não possuía lugar no espaço público, mas apenas no espaço doméstico entre familiares.

Nesse sentido, a pesquisa realizada constatou que uma das primeiras funções, remunerada ou não, exercida pelas mulheres livres, na sociedade brasileira, foi a educação doméstica das crianças na Casa, mesmo que esse papel a elas fosse atribuído, como membro da família, mãe, tia ou avó. Desse modo, a grande maioria das crianças de elite, no século XIX, recebeu alguma forma de educação doméstica, mesmo que posterior ou anteriormente à escola.

Os agentes da educação doméstica, ou seja, aqueles nomeados durante este estudo como os mestres das casas, possuíam formação variada, que ia desde a simples alfabetização, também doméstica, a párocos e professores brasileiros e estrangeiros, por vezes, bastante especializados naquilo que iriam ministrar: piano, canto, dança, línguas, filosofia etc..

Mesmo que não reunidos em um único estatuto formal, havia regras de conduta, atuação e conhecimentos imprescindíveis aos mestres que procediam à educação doméstica, regras essas que procuravam imitar modelos estrangeiros, principalmente daqueles países cujas normas de conduta eram muito apreciadas na época. Entretanto, cada mestre exercia suas funções de acordo com suas “competências”, ou seja, capacidades e habilidades pessoais.

As obras utilizadas na educação doméstica de meninos e meninas eram diversificadas, guardadas as limitações da época, e dependiam da preferência dos mestres, bem como de sua nacionalidade e pensamento pedagógico. No entanto, havia manuais e livros clássicos comumente utilizados, que, muitas vezes, serviram ao ensino de mais de uma geração na Casa.

A partir deste estudo, pode-se afirmar, então, que havia uma significativa rede de educação doméstica no Brasil, durante o século XIX, concorrendo com o atendimento dado nos colégios particulares e ultrapassando o atendimento dado pela escola pública estatal, e, mesmo quando estas modalidades de educação – o ensino particular e o ensino público realizados em instituições formais – se consolidam e se ampliam, ao longo da segunda metade de Oitocentos, a educação doméstica permanece convivendo com ambos, ainda por muito tempo.

No entanto, essa convivência não era “pacífica”, mas suscitava inúmeros debates registrados nos periódicos da época, que discutiam o significado e abrangência da educação e da instrução, bem como a competência da Casa, para oferecer a instrução, e a legitimidade do Estado, para oferecer a educação, além da polêmica acerca da preparação dos agentes e dos espaços que seriam os mais adequados para a formação dos cidadãos brasileiros.

Essas constantes discussões apresentadas em jornais, revistas e documentos especializados vão se fazer presentes, principalmente, durante toda a segunda metade do século XIX, demonstrando aspectos da tensão política e ideológica, que se constituía como cenário da redefinição de relações entre o Governo da Casa e o Governo do Estado, caracterizada, aqui, pela disputa na direção das ações educacionais.

O Governo da Casa resiste, por muito tempo, à interferência do Governo do Estado na educação. Nesse contexto, a escola estatal emergente não era considerada apropriada à elite, mas como uma opção aos sujeitos pertencentes ao “mundo da desordem” ou ao “mundo do trabalho”¹. Além disso, a escola estatal emergente era insuficiente no atendimento e não dispunha dos meios e recursos necessários para ampliar sua abrangência e concorrer com a educação doméstica ou com a educação praticada nos colégios particulares, plenamente aceitas pelas elites.

Pouco a pouco, as elites percebem que podem se associar ao Estado “dividindo” com ele as atribuições da educação, desde que manipulem e vigiem o acesso à escola estatal, garantindo para si a exclusividade do atendimento e passando ao Estado os encargos e ônus. Dessa forma, a Casa vai “rendendo-se” à interferência do Estado na educação e, apoiando-o, faz com que a escola estatal emergente se firme e se amplie, e constitua-se na referência para os demais espaços de educação.

Considerando que o século XIX foi aquele em que a escola formal instituída, seja ela estatal ou particular, afirmou seu estatuto de posturas e possibilidades, destituindo do lugar ocupado a educação na Casa, apropriando-se dele e mudando suas concepções, pode-se dizer que tal mudança encaminhou o

¹ Categorias trabalhadas por MATTOS, I. *O tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999.

que iria ocorrer no devir e caracterizou o século XX, como o cenário em que a escola, como instituição de educação e de ensino, foi vitoriosa e hegemônica.

Entretanto, um século depois da supremacia incontestável da escola na legitimidade de educar e ensinar, algumas questões se colocam diante das inovações tecnológicas que se fazem velozes e radicalmente transformadoras: com as informações sendo levadas a qualquer ponto e não havendo mais necessidade de espaços que concentrem essas informações fisicamente, com a virtualidade do conhecimento e a possibilidade de se apropriar dele a qualquer momento, não poderá a Casa reabilitar seu lugar de educação e instrução? Não poderão os mestres estar nas Casas novamente através da tecnologia já disponível?

Nesse sentido, ao finalizar este estudo, apresenta-se a seguinte reflexão: se o século XIX pode ser considerado o século da Casa e de seus mestres pela ocupação majoritária do tempo em que estiveram presentes na educação, o século XX foi, sem dúvida, o século da escola instituída para a educação. No entanto, será que se pode afirmar que o mesmo ocorrerá no século que se inicia?